

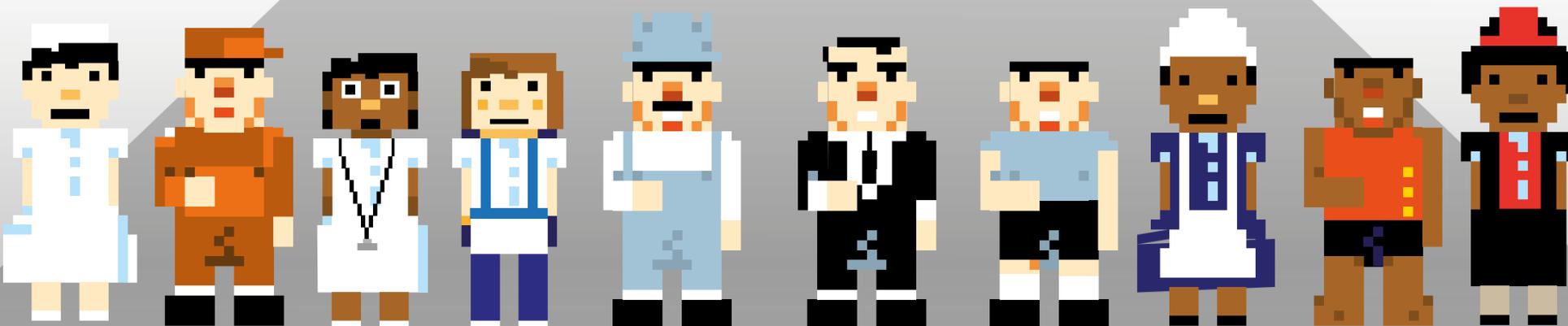
MEMÓRIA VIVA
Cresce movimento para que o acervo de 17 mil volumes da biblioteca de Carlos Lessa, ex-reitor da UFRJ, fique no Rio de Janeiro e seja aberto ao público

Página 8

UFRJ FORMA GT PARA DISCUTIR EQUIDADE DE GÊNERO

Página 6

UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL?



BRASIL INICIOU A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

com atraso, e as poucas doses disponíveis não são suficientes nem para imunizar os grupos prioritários, o que desnuda a política genocida do governo Bolsonaro no combate à pandemia. Na UFRJ, vacinação começou nesta quinta-feira (21) e acendeu uma esperança. A AdUFRJ se junta ao movimento nacional pela vacinação gratuita e universal e engrossa um coro que cresce no país: o *impeachment* do presidente é a única saída para que a vida se sobreponha à morte e para que o Brasil volte a ver uma luz no fim do túnel.

Páginas 4 e 5

CARREATA #FORA BOLSONARO

E PELA
VACINAÇÃO JÁ!
COMITÊ EM DEFESA DA VIDA - RJ

23/01 ÀS 10H
CONCENTRAÇÃO NO MONUMENTO À ZUMBI
CENTRO - AV. PRESIDENTE VARGAS

EDITORIAL

É VITAL DERROTAR O PROJETO DE DESTRUIÇÃO NACIONAL EM ANDAMENTO

DIRETORIA

É já esperado que em janeiro houvesse um certo recrudescimento contra o governo Bolsonaro. Aqueles que apoiaram o governo de extrema-direita por considerarem a escolha de 2018 “difícil” sonham com um eventual governo Mourão, mais dócil aos seus projetos, e intensificam a campanha pelo *impeachment* do presidente. Também muitos vão se enchendo de coragem com o adeus de Trump à Casa Branca. Mas foi a hecatombe sanitária de Manaus que deixou o país em estado de alerta, pois a irresponsabilidade negacionista e o “tratamento precoce”, acrescidos da negligência e inoperância dos governos, geraram uma tragédia sem precedentes em nossa história. Mas, apesar do desgaste crescente, faltam muitos lances até o xeque-mate.

Não estamos diante de um falastrão inofensivo.

Ninguém homenageia em público um torturador sem ter em si próprio o desprezo pela vida e a dor do outro

Embora seja óbvio para a comunidade científica o grau de responsabilidade do governo federal nas dificuldades que enfrentamos para a importação dos insumos necessários para a produção de uma quantidade satisfatória de vacinas para imunização em larga escala, essa dimensão ainda não é evidente para uma parcela da população. Nem mesmo a responsabilidade direta do governo nas mortes evitáveis por ausência de oxigênio no norte do país. Parece ser uma questão de tempo para que tudo seja compreendido e



digerido pela população, mas a máquina de *fake news* ainda está ativa, apesar de ter sofrido alguns pequenos reveses.

O jogo pesado mesmo está na Câmara, com a movimentação para a eleição do seu novo presidente. É ali que estão sendo jogados os lances principais que poderão viabilizar ou não a abertura do processo de

impeachment. Muito dinheiro e muitos cargos distribuídos, um terreno que Bolsonaro conhece bem, pois foi lá, no chamado baixo clero, que ele fez escola ao longo dos seus trinta anos de vida parlamentar. E, enquanto ele nada de braçada nesse ambiente, entre as chamadas forças progressistas e de esquerda ainda reina a divisão.

Para a nossa sobrevivência, e como categoria profissional e mesmo como instituição, é vital derrotar o projeto de destruição nacional que está em andamento. E parece que esse sentimento vem ganhando força entre as diversas correntes que atuam no movimento sindical e nos movimentos sociais. Sábado teremos uma demonstração disso. O Comitê em Defesa da Vida reúne uma boa parte das entidades da área da Educação, que, desde as manifestações de 2019, vem trabalhando de forma unificada no estado do Rio de Janeiro. Um sentimento de urgência toma corpo e impulsiona ações unificadas, superando as divergências. Se pudermos transformar tudo isso em energia nas ruas, aí teremos a entrada em cena do protagonista que falta. A maioria da população ainda está apenas assistindo a tudo. Campanhas sobre a importância da vacina são hoje tão importantes quanto demonstrar o quanto este governo deixou de cumprir. E que deixou de cumprir porque é incompetente sim, mas principalmente porque sempre escolheu os piores caminhos, vendeu ilusões de um “tratamento precoce”, isolou-se internacionalmente e estimulou a desconfiança da população contra as únicas possibilidades de enfrentamento da pandemia, que são o uso de máscaras e a vacinação em massa.

Não estamos diante de um falastrão inofensivo. Ninguém homenageia em público um torturador sem ter em si próprio o desprezo pela vida e a dor do outro.

Que as vítimas de Manaus não sejam esquecidas, que sejam a lição mais dura a ser aprendida por todos nós. E que as imagens das primeiras aplicações da vacina na UFRJ nos tragam a confiança necessária para as batalhas que virão e a certeza da importância de cada um de nós nesse momento. Vida longa ao SUS e viva a universidade pública brasileira!

BOLSONARO VETA RECURSOS FUNDAMENTAIS PARA A CIÊNCIA

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

O ano mal começou e a Ciência brasileira recebeu mais um duro golpe do governo. Na quarta-feira, 13, o presidente vetou dois pontos importantes do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 135/2020, que muda a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Bolsonaro retirou o dispositivo que proibia a alocação desses recursos em reserva de contingência e impediu a liberação das verbas represadas no ano passado (R\$ 4,3 bilhões).

“Em várias ocasiões, Bolsonaro declarou que esse projeto era muito importante, e chegou a usar o exemplo internacional para atestar a necessidade do PLP”, afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências, professor Luiz Davidovich. “Todos acreditavam que seria sem vetos, mas não foi o que aconteceu”, lamenta.

Para Davidovich, que é professor do Instituto de Física da UFRJ, os vetos denotam a visão míope do governo. “Vai na contramão do que todos os outros países estão fazendo. A Alemanha, em julho do ano passado, aprovou 50 bilhões de euros para Ciência e Tecnologia. A China vai aumentar o investi-

mento na área em 10% neste ano, apesar da crise financeira atual”, explicou.

A proposta de orçamento da União para 2021 prevê que, dos R\$ 5,3 bilhões arrecadados para o FNDCT, R\$ 4,8 bilhões ficarão na reserva de contingência. Ou seja, restam apenas R\$ 500 milhões disponíveis para o financiamento da Ciência e da pesquisa em todo o país. “Precisamos, com urgência, recuperar a Ciência e as empresas inovadoras no Brasil. O Brasil ocupa o 62º lugar em termos de inovação científica, e estamos entre as dez maiores economias do mundo”, alerta Davidovich.

Para o professor Ildeu Moreira, presidente da Sociedade

Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), os vetos de Bolsonaro representam uma catástrofe para a área. “O FNDCT era nossa esperança para reverter essa situação. Há uma redução drástica de recursos”, explica.

Mas nem tudo está perdido. Agora transformado na Lei Complementar nº 177, o texto sancionado pelo presidente será revisado pelo Congresso. O PLP nº 135/2020 foi aprovado no Senado, com 71 votos a favor e apenas um contra. Na Câmara dos Deputados, foram 385 votos a favor e 18 contra. O único partido que se manifestou contra foi o Novo. As entidades científicas vão atuar

junto aos parlamentares para que votem contra os vetos de Bolsonaro.

“Conseguimos 99% no Senado e 92% na Câmara de apoio ao projeto. Por isso, nossa ação inicial será o envio de manifesto para cada deputado e senador pedindo para que eles votem a favor do projeto novamente”, conta Ildeu. “No dia 26, vamos fazer um ato virtual. Também está sendo organizado um abaixo-assinado com professores, estudantes e pesquisadores para pressionar contra os vetos”, diz. “É fundamental que a nossa comunidade se conscientize da atuação em conjunto”, afirma.

CONTRA INTERVENÇÃO

DECISÃO DA JUSTIÇA ENCERRA INTERVENÇÃO NO IFRN

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A boa notícia vem do Rio Grande do Norte. Pela primeira vez, uma das 20 intervenções do governo Bolsonaro em institutos e universidades federais foi revertida. “O sentimento é de justiça”, diz o professor José Arnóbio de Araújo Filho, reitor eleito pela comunidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia daquele estado, o IFRN. Este é o destaque na segunda reportagem da série do **Jornal da AdUFRJ** sobre a resistência de professores, técnicos e estudantes aos desmandos bolsonaristas.

Não foi nada fácil. José Arnóbio só foi empossado no fim de 2020, após oito meses de intervenção. E um ano depois de ser eleito. Em dezembro de 2019, a chapa do professor ficou em primeiro lugar ao receber 48,25% dos votos válidos na consulta interna à comunidade.

Diferentemente da legislação das universidades federais, o presidente deve nomear o mais votado.

“Não existe lista tríplice nos institutos federais”, afirma Arnóbio. Mas não foi o que ocorreu. Em 20 de abril, o MEC nomeou o professor Josué Moreira, filiado ao PSL, que sequer participou do processo eleitoral, como pró-tempore. O ministério justificou que Arnóbio não poderia assumir o cargo por responder a um processo administrativo. “Criaram um factóide”, critica o atual dirigente.

Arnóbio era diretor do campus Natal do instituto — o IFRN opera em 18 municípios do estado —, que havia sediado um evento “Fé e Política”, da Igreja Católica, em dezembro de 2019. O Movimento Brasil Livre denunciou a atividade ao Ministério Público Federal, pois foram encontrados materiais com a expressão “Lula Livre”, o que supostamente caracterizaria uso



ATOS PRESENCIAIS foram adaptados aos tempos de pandemia

inapropriado do espaço. Mesmo com manifestações posteriores favoráveis do MPF ao professor, a intervenção prosseguiu e só foi derrotada em decisão da 4ª Vara Federal. O processo administrativo também deve ser concluído nos próximos dias. E o reitor acredita que não sofrerá nenhuma penalidade.

A luta agora é para recuperar o IFRN. “A instituição ficou à deriva. A gestão não tinha a menor competência”. Arnóbio cita que a administração pró-tempore não ouvia o conselho superior da instituição e quase perdeu re-

curso importantes. “Montamos uma força-tarefa para empenhar quase R\$ 20 milhões nos últimos dias de dezembro”, disse.

O professor destacou que vai continuar na resistência pela autonomia dos institutos e universidades. “Não é por que consegui o direito que vou cruzar os braços”. Arnóbio compõe um grupo de whatsapp com os reitores eleitos, mas não empossados pelo governo Bolsonaro.

Os dirigentes fazem reuniões virtuais de 15 em 15 dias. A rede tem dialogado com parlamentares e ministros do Supremo

NA UFGD, 19 MESES DE DESRESPEITO À COMUNIDADE

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Mato Grosso do Sul, vive a mais antiga intervenção sob o governo Bolsonaro. O pior ministro da história, Abraham Weintraub — então à frente do MEC —, designou Mirlene Damásio como reitora temporária, em 11 de junho de 2019.

A pedagoga não participou do processo que elegeu o professor Etienne Biasotto. O docente da Faculdade de Engenharia venceu a consulta junto à comunidade acadêmica e ficou em primeiro lugar na lista tríplice organizada pelo Colégio Eleitoral da UFGD, com 51 votos.

O governo se apoiou em decisão da Justiça Federal, que acatou um pedido do Ministério Público para suspender a lista

tríplice da instituição. Para o MPF, os nomes derrotados na consulta deveriam constar da listagem do Colégio Eleitoral para escolha do presidente — o que não ocorreu por um acordo firmado entre os candidatos. “Nossa universidade, que é nova (foi criada em 2005), sempre teve eleições paritárias. E sempre respeitou o resultado da comunidade”, afirma Etienne. Para o reitor eleito, uma diferença importante entre as situações da universidade e do IFRN passa pelo posicionamento do MPF. “Lá, o Ministério Público defendeu a autonomia”.

Autonomia que passa longe da administração atual. Dois meses após a intervenção, a reitora participou de um ato de filiação ao PSL, que ainda era o



EM 2019, servidores e estudantes “abraçaram” a UFGD

partido do presidente Bolsonaro. “Estão fazendo um aparelhamento que nunca imaginei que poderia ser feito”, critica Etienne. “Essa gestão tem ignorado a instituição”, afirma o professor.

Uma atitude que se intensificou com a pandemia. Um comitê emergencial, com pessoas escolhidas a dedo pela reitoria, pas-

sou a tomar as decisões no lugar do conselho universitário local. “Foram mais de oito meses sem qualquer reunião do conselho”, afirma o reitor eleito.

Mas uma decisão recente da Justiça Federal pode alterar a situação. O desembargador Nery Júnior determinou, no fim do ano passado, que a reitora temporá-

ria envie a lista tríplice de 2019 ao presidente, “sob pena de multa e responsabilização pessoal”.

Presidente do Sindicato dos Professores da UFGD (Adufrados) até dezembro do ano passado, Claudia Marques destaca as múltiplas ações de resistência, durante o mandato. “Contratamos advogados. Fizemos jornal, manifestação, outdoor”. A atuação muda após o início da pandemia. “Com nossa responsabilidade sanitária, não fizemos mais aglomeração”.

A professora também aguarda um desfecho positivo da ação judicial para envio da lista tríplice de 2019. Mas, diante das últimas nomeações do governo, manifesta a preocupação que o primeiro nome, o de Etienne, não seja escolhido. “O que estamos defendendo não é o Etienne em si. O sindicato defende que seja o primeiro. Esperamos que a intervenção termine”, diz.

“VALE A PENA LUTAR”
O reitor também destacou a atuação do movimento sindical e estudantil do IFRN nesta batalha pela autonomia. “Sempre vale a pena a luta e a organização. Juntamos estudantes e servidores. Sindicalizados ou não”, comemora Nadja Costa, coordenadora geral do Sinasefe Natal.

O sindicato estava à frente da ação judicial que reverteu a intervenção. Nadja reforça que não existe lista tríplice na legislação dos institutos. “Para nós, a violência foi maior ainda”, compara. Para pressionar o Judiciário e o governo federal, foram realizadas muitas atividades virtuais e de rua — com todos os cuidados sanitários, em função da pandemia. Uma carreta com buzinação em frente à reitoria sob intervenção mobilizou a comunidade do IFRN. “Fizemos muitas assembleias online neste período, o que nunca tinha sido feito. E, mesmo no ensino remoto, houve paralisação”, acrescenta Nadja.

A posse do reitor eleito não apresenta o fim da luta. “Continuaremos na vigilância e defesa da democracia e da qualidade das nossas instituições”, completa a dirigente do Sinasefe Natal.

INTERVENTÔMETRO

As intervenções do governo Bolsonaro começaram a seguir um novo padrão de ataque à autonomia universitária: quando não consegue nomear um nome de sua preferência, o presidente escolhe alguém da lista tríplice que não era candidato a reitor, mesmo ligado à chapa eleita pela comunidade.

Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no dia 15, foi nomeada a professora Ana Beatriz Oliveira, segundo nome da lista tríplice. Ela seria pró-reitora do professor Adilson Jesus Aparecido. A situação repete o ocorrido na Universidade Federal de Pelotas, onde Bolsonaro nomeou a professora Isabela Fernandes, no dia 6. A docente também pertencia à chapa vencedora e seria pró-reitora da nova gestão.

Em texto divulgado na internet, o reitor eleito da UFSCar explicou que Ana Beatriz aceitaria o cargo para impedir a nomeação de outro nome. “Seguimos buscando reverter o ataque sofrido pela UFSCar e, mais que isso, ao lado das demais instituições do Sistema Federal de Educação Superior na luta em defesa da autonomia”, escreveu Adilson.



(19) SOFRERAM INTERVENÇÃO:
Nomeado o 2º colocado: **UFES – UFTM – IFSC – UFPI – UFPel – UFSCAR**

Nomeado o 3º colocado:
Unifesspa – UNIFEI – UFRGS – UFFS – UFRB – UFC – UFRSA – UFVJM – UFPB

Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – UFGD

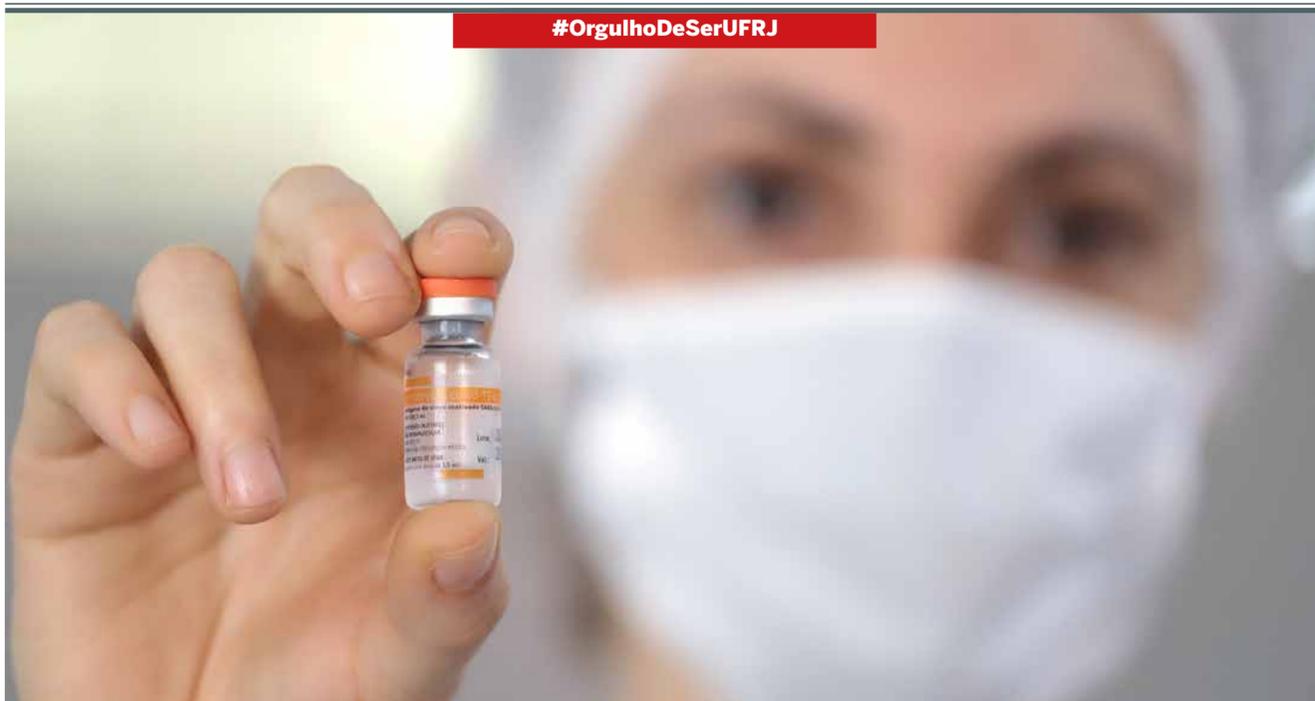
Nomeado de fora: **CEFET-RJ**

(1) Designada reitora *pro tempore*: **UFS**

(1) CASO SINGULAR: **UNIRIO** – nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

(?) (1) AGUARDA DECISÃO DO PRESIDENTE: **IF FARROUPILHA**

#OrgulhoDeSerUFRJ



A VACINA CHEGA À UFRJ

> Universidade iniciou a imunização de seu corpo social no dia 21, mas as 2.150 doses enviadas atenderão a apenas um terço do público-alvo da primeira fase

TEXTO: SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

FOTOS: ALESSANDRO COSTA
comunica@adufrrj.org.br

Um alento em meio à pandemia que há quase um ano alterou completamente a rotina da UFRJ e do país, com a perda de mais de 213 mil vidas. A Coronavac, vacina produzida pela chinesa Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo, chegou à universidade no último dia 20. Neste primeiro momento, somente pessoas que atuam na linha de frente, em áreas de alta exposição ao vírus, serão imunizadas. A seleção tão rigorosa tem um motivo: as 2.150 doses só dão para um terço dos profissionais da saúde. O município do Rio recebeu 231.840 doses, na segunda-feira (18).

“Recebemos 30% das doses, como aconteceu com todo o município. Queremos chegar aos 100%. Espero em breve estar comemorando o final desta primeira fase, que é a imunização de todos os profissionais de saúde”, informou a reitora Denise Pires de Carvalho. Ela explicou que o número de doses cobre apenas quem está na linha de frente. “Quem está na emergência, em ala dedicada à covid-19, em CTI, precisa estar imunizado”, afirmou a dirigente. A vacinação foi iniciada nesta quinta-feira (21).

A professora Terezinha Marta Castiñeiras, coordenadora do Centro de Triagem e Diagnósti-

co para a covid-19 (CTD), esclareceu que a Secretaria Estadual de Saúde liberou para a universidade somente a primeira dose da vacina. “A Secretaria decidiu que toda dose que fosse liberada para a primeira fase teria resguardada a segunda dose, então eles liberaram só a metade”, contou. “Nós estamos usando todas as que recebemos, e temos assegurado que a segunda dose está em estoque, com o Governo do Estado”, disse.

Vice-reitor da UFRJ, o professor Carlos Frederico Leão Rocha afirmou que seu sentimento é duplo: de alegria, pelo momento, mas também de frustração pelo Brasil estar tão atrasado na imunização e refém da im-



#OrgulhoDeSerUFRJ



portação de insumos e vacinas. “Nós dominamos boa parte da tecnologia de produção. Poderíamos estar produzindo as nossas vacinas agora, se houvesse planejamento do governo, que deveria ter começado há um ano”. Ele aponta como um dos graves erros do governo Bolsonaro o voto contra a quebra de patentes de medicamentos para covid. “Na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, assumimos uma posição de liderança mundial junto com a Índia para a quebra de patente para remédios para o HIV. E agora o país toma outro caminho que, sob o ponto de vista de interesse nacional, é injustificável”, lamenta.

A vacinação está programada para acontecer em quatro locais: Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (1.440 doses); Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (310 doses); Centro de Triagem e Diagnóstico para covid-19 (380 doses); Central de Vacinação de Adultos (20 doses). Profissionais que tiveram diagnóstico positivo para a doença a partir de 1º de outubro não serão imunizados neste primeiro momento.

UM DE CADA SEGMENTO

A administração central escolheu um professor, uma técnica-administrativa, um terceirizado e um estudante para serem os primeiros a receber a vacina. Foi uma forma de simbolizar o corpo social, composto pelos quatro segmentos. O professor Amílcar Tanuri, coordenador do Laboratório de Virologia Molecular do Instituto de Biologia, foi a primeira pessoa da universidade a receber o imunizante. “É uma sensação de muita alegria. É uma vitória do povo brasileiro. A vacina é um caminho que a gente vai seguir para ter segurança de que o país volte mais rapidamente à normalidade”, disse o docente, que é especialista em Virologia. Em seu laboratório, Tanuri manipula o SARS-Cov-2. Lá também são feitos os diagnósticos das amostras coletadas no CTD. “Conclamo a sociedade a também se vacinar. A vacina é um meio de cuidado conosco e com a comunidade”.

Jéssica dos Santos, enfermeira intensivista do CTI-Covid do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, atua desde março na linha de frente de combate à doença. “Este é o primeiro passo para vencermos essa pandemia. Perdemos muitos pacientes, conseguimos que outros ganhassem alta. É um trabalho de toda uma equipe”, disse a servidora. Visivelmente emocionada, ela relatou que perdeu colegas de profissão e que seu maior medo era de levar o vírus para casa. “Moro com minha mãe, que é idosa e hipertensa, portanto do grupo de



risco. Estou aqui muito feliz de representar tantos profissionais. Alguns tiveram que se afastar de suas famílias neste período”, relatou a enfermeira. “Receber a vacina é um alívio”.

Terceirizado de limpeza, Gabriel Francisco da Silva atua na higienização da Ala-Covid do Hospital Universitário. Apesar de não ser um profissional de saúde, seu trabalho é feito sob alto risco, pela exposição direta ao ambiente contaminado. “Quero agradecer a todos por esta oportunidade. No início da pandemia, minha esposa tinha acabado de ganhar bebê e eu precisei ficar 15 dias sem ver meu filho, com medo de contaminá-lo e também à minha esposa. Estou muito aliviado em

receber a vacina”, disse. “Agora é esperar a segunda dose e vencer essa guerra contra o vírus”.

Victor Akira Ota foi o primeiro estudante a receber o imunizante. Ele é aluno do décimo período de Medicina e voluntário do CTD, que realiza as coletas para diagnóstico de casos suspeitos de covid-19. “É um momento de muita felicidade. O mundo todo está neste esforço de vacinar suas populações. Sabemos que este é um primeiro passo, precisamos de grande cobertura vacinal para que a vacinação tenha efeito, mas é uma etapa muito importante”, disse. “Ser escolhido entre tantos voluntários que também atuam aqui desde o início da pandemia é, sem dúvida, uma honra”.

VACINA GRATUITA E UNIVERSAL JÁ!

CARREATA #FORA BOLSONARO

E PELA
VACINAÇÃO JÁ!
COMITÊ EM DEFESA DA VIDA - RJ



23/01 ÀS 10H
CONCENTRAÇÃO NO MONUMENTO À ZUMBI
CENTRO - AV. PRESIDENTE VARGAS

A AdUFRJ se soma aos esforços de movimentos sociais e sindicais em defesa da vacinação imediata, gratuita e universal. O sindicato participa com apoio logístico e financeiro da organização de uma carreta pelo impeachment do presidente Jair Bolsonaro, que com sua política negacionista na área da Saúde já provocou a morte de mais de 210 mil brasileiros, e para pressionar pela vacinação de toda a população. O ato acontece no próximo sábado, dia 23. A concentração será em frente ao Monumento de Zumbi, na Praça 11. A atividade é assinada pelo Comitê em Defesa da Vida do Rio de Janeiro.

A AdUFRJ entende que a política genocida do governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia tem que ser interrompida, e que cresce na população um sentimento de repulsa à negligência e à incompetência que suscitaram, por exemplo, a tragédia das mortes de pacientes com covid-19 por falta de asfixia em Manaus, e a irrisória quantidade de vacinas disponíveis para a população. “Nós queremos vacinas para todos e queremos que os grupos prioritários, indicados pelos especialistas, sejam respeitados ao longo da vacinação. Além disso, não basta só denunciar a postura negacionista e obscurantista do governo Bolsonaro. Precisamos ter uma ação propositiva para solucionar os problemas do país”, aponta o professor Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ. “Há um esforço de construção de uma agenda de atividades para pressionar por vacina para todos. Embora tenhamos iniciado tardiamente a imunização, as doses não são suficientes nem mesmo para os grupos prioritários”, critica o professor.

Outras atividades do movimento serão organizadas para as próximas semanas. Uma delas é o ato nacional, já agendado para o dia 1º de fevereiro. “A pauta deste ato é mais ampla. Além de vacina para todos, é pelo impeachment e também contra a reforma administrativa”, explica Felipe. A AdUFRJ participou da live de lançamento da campanha nacional #AbreVacinha, que aconteceu no dia 18 e reuniu personalidades, especialistas e lideranças políticas. O movimento tende a crescer nas próximas semanas.

Equidade de gênero entra em pauta

> Grupo de Trabalho criado com participação de todos os segmentos da UFRJ vai formular propostas de apoio à parentalidade e à igualdade

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A UFRJ tem agora um grupo de trabalho voltado para a igualdade de gênero. Criado pela reitoria, o GT Parentalidade e Equidade de Gênero vai propor políticas de apoio à parentalidade (especialmente à maternidade), estimular mulheres a ocupar cargos de liderança e propor políticas de igualdade de gênero, dialogando com a comunidade universitária.

Quem coordena o GT é a professora Gizele Martins, do campus de Macaé. Gizele era uma das professoras à frente de uma iniciativa que surgiu em Macaé e propunha medidas para garantir um tratamento justo para mães e pessoas cuidadoras nesse período de pandemia. “O GT surgiu em uma reunião que tivemos com a reitoria, quando levamos nossa proposta de resolução do movimento de pais e mães docentes”, contou a professora. “A reitoria propôs a criação do GT, uma ideia que já tinha surgido em uma conversa da reitoria com a Associação de Pós-Graduandos da UFRJ”, explicou.

A AdUFRJ vem tendo um papel importante no avanço dessa questão. O sindicato participou da reunião com a reitoria que decidiu pela criação do GT, e tem desde então apoiado o movimento, que considera da maior importância. “É um passo fundamental da universidade no sentido de formular, de fato, propostas concretas que tragam respostas consistentes para aprimorar as relações de igualdade na UFRJ”, aponta a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller.

O GT está fazendo uma pesquisa para analisar os impactos do trabalho remoto em docentes com filhos e sem filhos. O formulário da pesquisa foi divulgado pela UFRJ na semana passada. “A pesquisa veio antes da criação do GT, e vai servir para mostrar o impacto do trabalho de cuidar ou quanto as atividades docentes durante o trabalho remoto”, explicou Gizele.

O escopo do GT vai além da pandemia. “Temos objetivos bem amplos, estamos tentando uma transformação efetiva das condições de trabalho e de estudo”, detalhou Gizele. Algumas propostas de adaptação incluem a necessidade de alteração de critérios de progressão de car-



reira, licença-maternidade para alunas, adequações na estrutura física da universidade para a instalação de fraldários (que não estejam ligados aos banheiros femininos e, portanto, possam ser usados por pais também) e salas de amamentação. As propostas são baseadas nas demandas dos diversos segmentos da UFRJ. “O diferencial desse GT é que ele não é só composto por docen-

tes, mas por técnicos, alunas de graduação e alunas de pós-graduação”.

A técnica Patricia Urruzola integra o GT e já participava da discussão graças a uma pesquisa que ela e a colega Regina Trindade fizeram entre as técnicas da UFRJ. “Começamos a pensar na maternidade no contexto da pandemia. Conciliar as atividades domésticas e os cuidados

dos filhos com a nossa rotina de trabalho”, contou Patricia. O resultado da pesquisa foi apresentado no último Seminário de Integração dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (SINTAE), em novembro. “Conseguimos dados quantitativos sobre as condições de trabalho dessas mulheres e relatos das suas dificuldades ao perder sua rede de apoio”, contou.

“O mundo de quem tem filho é completamente diferente”, desabafou Lizzie Calmon representante da APG e integrante do GT. Mesmo fora do contexto de pandemia já é difícil dividir-se entre a maternidade e as atividades de pós-graduação. Lizzie acredita que algumas mudanças podem ajudar. “Acho que a mãe pós-graduada poderia entrar para o mestrado ou doutorado com a sua prorrogação de prazo já garantida”, exemplificou. Para ela, o grupo de trabalho foi também uma maneira de poder dividir vivências com outras mães. “Apesar de elas serem professoras e técnicas, e nós sermos alunas, somos mães e mulheres. Existem questões que vão nos atingir da mesma maneira”, explicou.

A estudante Mithaly Corrêa também integra o grupo de trabalho e faz parte do Coletivo de Mães da UFRJ. Ela trabalha no núcleo Materna, de iniciativas de apoio a estudantes da universidade que se dividem entre o curso e a maternidade. Para ela, o GT é uma oportunidade de discutir o que a UFRJ precisa para manter as mães na universidade. “Não existem espaços na universidade para mães, é como se elas não existissem”, criticou. “Se a universidade se propõe a receber mulheres, ela precisa oferecer uma estrutura mínima para que elas possam exercer seu papel de mãe”, defende Mithaly.

UFRJ E PREFEITURA NEGOCIAM ESPAÇOS EM MACAÉ

KIM QUEIROZ
kim@adufrrj.org.br

As direções da UFRJ e da UFF em Macaé foram pegadas de surpresa por um ofício encaminhado no dia 30 de dezembro pela Secretaria Municipal de Educação. O documento solicitava, até o dia 4 de janeiro de 2021, a desocupação e a entrega de salas utilizadas pelas duas universidades na antiga Fundação Educacional de Macaé (Funemac), atual prédio administrativo da Cidade Universitária. Diante da mobilização da comunidade acadêmica, o novo prefeito de Macaé, Welberth Rezende, se reuniu separadamente com cada uma das reitorias.

Concedidas às universidades há alguns anos, as salas permaneceram sob responsabilidade municipal. “O pleito da prefeitura de ocupar o prédio para ser a sede da sua Secretaria de Educação é justo. Mas a decisão foi tomada com pouca habilidade política, faltou diálogo”, comenta o diretor da AdUFRJ, Jackson Menezes. Professor em Macaé, Jackson esclarece que apenas três salas da UFRJ pertencem

ao prédio administrativo. “A UFRJ continua utilizando normalmente os seus outros setores na Cidade Universitária”.

O espaço solicitado pela prefeitura abrange a sala dos professores dos cursos de Engenharia, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Química, além de laboratórios de ensino e pesquisa, e locais de guarda de materiais administrativos e didáticos. “Como as aulas presenciais não estão acontecendo, nós temos salas que podem temporariamente alocar essas atividades”, diz a professora Roberta Coutinho, diretora do Campus Macaé. Já a Universidade Federal Fluminense perderá o espaço que abriga o Centro de Assistência Jurídica (CAJUFF) e o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), dois serviços que atendem gratuitamente a população de Macaé.

A diretora aponta os gastos com a realocação do mobiliário, adquirido ao longo dos anos pelos próprios professores. No entanto, ela reconhece que após as reivindicações da comunidade acadêmica, a prefeitura adotou uma postura mais aberta ao

diálogo. “A gente entende que a forma de fazer não foi a mais adequada, mas aconteceu por uma real necessidade e sem a intenção de romper um acordo preexistente”, afirma Roberta.

A necessidade de mudança da Secretaria de Educação do município já é antiga. “O acesso ao prédio da secretaria estava muito difícil, principalmente para as famílias que precisam de algum atendimento e utilizam o transporte público”, alega Flaviá Picon, secretária adjunta de Ensino Superior da nova gestão municipal. Ela defende que a mudança irá fortalecer o vínculo das universidades com o município. “Quando a gente traz a Secretaria de Educação para a Cidade Universitária, a gente aproxima ainda mais essa relação, o que favorece a interlocução com os projetos de extensão da academia”.

Na reunião realizada com a reitoria da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, no dia 15, a prefeitura firmou a criação de um Grupo de Trabalho temporário para realocar esses espaços. “O que a gente já acertou foi a sala dos professores, que a UFRJ já está



INSTALAÇÕES do campus de Macaé serão desocupadas

deslocando para uma outra área no campus. Acreditamos que até o dia 29 esse espaço já tenha sido desmobilizado”, conta Flaviá. O destino das outras salas começa a ser discutido em reunião do GT nesta quinta-feira (21). Além disso, o prefeito e a reitoria trataram de projetos futuros para o município que envolvem a participação das universidades, como a construção do Restaurante Universitário e de quadras poliesportivas.

Segundo Eduardo Neiva, físico da Petrobras, a manutenção dessas parcerias é importante

DIVULGAÇÃO

História feita de imagens na Escola de Belas Artes

> Com mais de 75 mil registros, setor de Direitos Autorais da EBA é o guardião nacional da produção visual do país, e precisa de mais verbas para a preservação de seu valioso acervo

LIZ MOTA ALMEIDA
luzmota@adufrrj.org.br

O Cristo Redentor, a Turma da Mônica, o primeiro uniforme do Flamengo, os personagens Senninha e Zé Carioca, os colares de Carmen Miranda, as plantas do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e as joias da H. Stern. Pode não aparentar, mas eles possuem um denominador comum: fazem parte dos mais de 75 mil registros de imagens arquivados pela Escola de Belas Artes (EBA) da UFRJ ao longo do último século.

“É o único lugar do Brasil que faz registro de imagens. A grande importância é que o registro autoral é uma medida de cautela, que garante sobretudo a autoria de determinada criação”, afirma a diretora da EBA, Madalena Grimaldi. O setor de Direitos Autorais da Escola de Belas Artes existe desde 10 de março de 1917, mas o direito autoral de imagens só foi regulado no Brasil em 1998, pela Lei 9.610, que atribui à EBA a responsabilidade pelo registro de obras de artes visuais de todo o país.



FOTOS: INTERNET



gomas, fotografias, pinturas, aquarelas, gravuras, esculturas, desenhos e litografias, é só entrar no site da EBA, preencher os formulários e fazer o registro, tudo automatizado. “Mas é muito comum a gente receber essa papelada por advogados, ou seja, a pessoa está registrando uma empresa ou uma marca, procura um advogado. Fazemos o registro e retornamos para o cliente. Eles terceirizam o serviço e, é claro, cobram por isso”, conta Madalena. “Não há necessidade, qualquer pessoa pode fazer o registro diretamente”, pontua.

É cobrado o valor de R\$ 150,00 por registro. O dinheiro é direcionado para a Fundação Universitária José Bonifácio, e pode ser utilizado para atividades de ensino, pesquisa e extensão. “Desde a compra de um software específico para programas gráficos, na compra de um mobiliário ou impressoras. A direção da EBA não tem acesso direto ao dinheiro, e, quando precisamos usar, fazemos um termo de referência como procedimento da UFRJ”, diz Madalena.

Hoje em dia, o processo é automatizado na EBA, por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informação), um sistema de gestão de processos eletrônicos. “É como abrir um processo, fica

IMAGENS como as dos colares de Carmen Miranda, do Cristo Redentor, da Turma da Mônica, do personagem Senninha (acima), a primeira camisa do Flamengo (ao lado) e joias (abaixo) estão no arquivo da Escola de Belas Artes



tudo registrado e a gente devolve para o cliente a certificação dessa imagem, por e-mail durante a pandemia, mas também fazemos o original em papel”, explica a diretora. A adoção do SEI agilizou muito o processo, que antigamente demorava cerca de dois meses para ficar pronto e agora, devido ao SEI, dura de três a cinco dias. O SEI

está aguentando”, diz. “Não tem ar-condicionado, as coisas estão se acabando. Depois do incêndio, a gente perdeu muito. É uma sala pequena, com apenas dois setores”, conta.

Eliane poderia ter se aposentado em 2009, mas decidiu ficar na EBA até maio de 2019. “Só me aposentei quando vi que não poderia fazer mais nada pelo setor. Tenho clientes que me ligam até hoje, pedindo orientações, inclusive o próprio setor me liga porque muitas vezes nem os próprios professores sabem”, explica. A ex-funcionária, que chegou a assinar mais de 500 registros por dia, durante muito tempo lutou por uma melhor especialização na área. “Particpei de alguns eventos, mas a universidade não dava recursos para nos especializar em direitos autorais. Os funcionários fazem das tripas coração para fazer acontecer”, afirma.

A POLÊMICA DO CRISTO REDENTOR

Cartão-portal do país, o Cristo Redentor foi doado à Arquidiocese do Rio de Janeiro em 1934. A igreja registrou a imagem na EBA e possui os direitos autorais de reprodução, apesar de normalmente não cobrar pelo uso. Quem quiser usá-la comercialmente tem apenas que pedir autorização à arquidiocese, que pode aceitar ou vetar a exibição. Em 2010, mesmo com a negativa da igreja, o filme “2012”, do cineasta alemão Roland Emmerich, reproduziu a imagem do Cristo Redentor destruído, junto com outras construções famosas ao redor do mundo. A arquidiocese, então, decidiu pedir uma indenização à distribuidora Columbia Pictures pelo uso indevido da imagem da estátua.

Segundo o professor Luiz Neves, da Escola de Belas Artes, a Columbia havia pago uma fortuna pelos direitos autorais a um agente na Europa. “A arquidiocese, que tem o direito dessa imagem, entrou com um processo. Eles foram na universidade, viram que o registro estava lá e o dinheiro foi devolvido”, conta. “Para isso que serve o direito de imagem”, conclui.

SERVIÇO

O que pode ser registrado: Joias, personagens de quadrinhos, logomarcas, fotografias, pinturas, aquarelas, gravuras, esculturas, desenhos e litografias.

Onde: O setor está trabalhando

de forma remota. Para solicitar um registro, é necessário enviar um e-mail com as informações para sag@eba.ufrj.br **Custo por registro:** R\$ 150,00. **Tempo:** de três a cinco dias úteis.

PELA AUTOESTIMA

DO RIO >Garantir a permanência da biblioteca do ex-reitor Carlos Lessa na cidade e acessível ao público é tarefa para todas as instituições, defendem professores da UFRJ

FOTOS: ALESSANDRO COSTA

KELVIN MELO

kelvin@adufrj.org.br

“**E**stamos vivendo um esvaziamento de bibliotecas e de fontes de consulta. Mesmo a biblioteca do estado não tem uma coleção sobre Rio de Janeiro como deveria”. Este é um dos argumentos da ex-coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, professora Beatriz Resende, para defender a permanência do acervo de 17 mil volumes do ex-reitor Carlos Lessa na cidade.

Conforme divulgou a edição anterior do **Jornal da AdUFRJ**, a família do docente — que faleceu em junho do ano passado — anunciou a intenção de vender a biblioteca no fim de dezembro, mas recuou após apelos de amigos e admiradores do ex-reitor. Existe a preocupação com uma venda em “pedaços” para particulares ou, ainda, que a coleção seja adquirida por alguma instituição estrangeira.

Beatriz, professora Titular da Faculdade de Letras, reivindica um esforço conjunto das várias instituições da cidade para preservar este tesouro intelectual em solo carioca. A docente recorre ao título de “O Rio de Todos os Brasileiros — uma reflexão em busca de autoestima”, um dos mais famosos livros de Lessa: “Seria uma ação do Rio de Janeiro em busca da autoestima”, afirma. “Queremos que fique aqui, que não seja esfacelada, a principal biblioteca sobre o Rio de Janeiro”.

A ideia é inspirada em um exemplo ocorrido em São Paulo, há pouco tempo. A professora lembra que a biblioteca do casal José Mindlin e Guita, com mais de 60 mil volumes, foi comprada por um consórcio de instituições e acomodada em um prédio próprio no campus da USP, em 2013.

Professora emérita da Escola de Comunicação, Heloísa Buarque de Hollanda reforça a iniciativa. “Hoje contamos com tecnologias novas para a compra compartilhada”, diz. A docente afirma que todas as universidades, órgãos de cultura e patrimônio do estado deveriam participar.

“Poderiam se mobilizar para evitar essa evasão dos livros”. O BNDES, que ajudou a USP com a biblioteca Mindlin, também deve ser procurado. Lessa presidiu o banco entre 2003 e 2004. “Neste caso, o BNDES poderia dar uma cota”, afirma.

Prima do Lessa, Heloísa visitou a biblioteca algumas vezes. “É extraordinária. Não é só um monte de livros sobre o Rio. É uma biblioteca com curadoria forte, de uma pessoa apaixonada pelo Rio”, atesta.

Vice-reitor da UFRJ, o professor Carlos Frederico Leão Rocha também apoia a permanência da biblioteca. “Lessa era um dos principais pensadores do Rio de Janeiro, além de um professor e um economista de grandes dimensões”. O dirigente vai além da compra dos livros. “O local de destino do acervo deve ser planejado

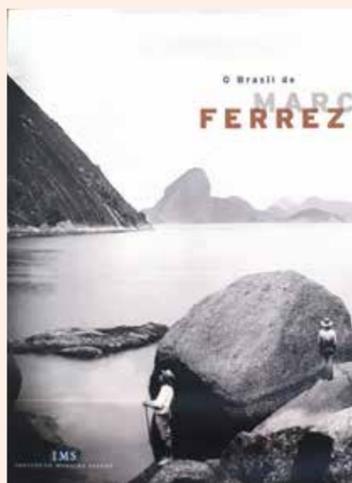


FILHO DO EX-REITOR, Rodrigo Lessa exibe um livro do historiador Luis da Câmara Cascudo sobre lendas brasileiras



ACERVO DE 17 MIL VOLUMES

é uma declaração de amor ao país e ao Rio de Janeiro, em especial. Legado de uma vida inteira de estudos, biblioteca começou com livros herdados do pai e do tio do ex-reitor



e negociado previamente, dado o valor extraordinário das obras ali presentes”.

CCJE RECEBEU PARTE DO ACERVO

Uma parte da biblioteca está com futuro definido. E melhor: sob a guarda da UFRJ. Quem explica é o diretor do Instituto de Economia (IE), professor Fábio Neves Perácio de Freitas. “A doação foi feita para a biblioteca Eugênio Gudin, que é do CCJE (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas), mas serve ao IE”, explica. “Todo o processo foi realizado pela decania e pelos dedicados funcionários da biblioteca que ainda estão catalogando o material recebido. Tenho certeza de que o acervo doado será de grande importância para os discentes, docentes e pesquisadores do IE, bem como para o corpo social de outras unidades e instituições de ensino”, completa.

Ex-aluno de Lessa no final da década de 80, o diretor não chegou a conhecer a biblioteca do mestre. “Mas soube por colegas e amigos que era maravilhosa, em particular no que diz respeito a obras sobre o Rio de Janeiro, uma grande paixão dele”, diz. “Seria muito importante manter acessível aos cariocas a coleção que cobre a história e a realidade do Rio de Janeiro. Vamos ver o que pode ser feito para tornar isso possível”, conclui.



BIBLIOTECA MINDLIN É EXEMPLO A SER SEGUIDO

Doada em 2006 para a USP, a coleção do bibliófilo José Mindlin e de sua esposa Guita é formada por mais de trinta mil títulos, que correspondem a aproximadamente sessenta mil volumes de livros e documentos. Entre eles, cerca de dez

mil obras raras. Para abrigar a preciosa coleção, um moderno edifício foi inaugurado dentro da universidade, em 2013. O BNDES destinou R\$ 17,2 milhões para a obra, compra de mobiliário e serviços de pesquisa nas coleções.